



ISSN 1981 - 3031

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS QUE CONTEMPLAM A DIVERSIDADE
ÉTNICO-RACIAL.**

José Artur do Nascimento Silva¹ (UFAL)
artus2007nascimento@hotmail.com

O presente trabalho é fruto de um projeto de intervenção realizado na educação infantil de uma escola pública em União dos Palmares/AL. Por meio de observação e posteriormente uma intervenção foi possível detectar uma carência de livros infantis voltados para educação das relações étnico-raciais. Diante disso, a intervenção realizada propiciou às crianças o contato com livros de literatura infanto-juvenil contemplando as discussões de temas em destaque no cenário nacional como raça/diversidade e gênero/sexualidade. Ressalta-se no trabalho realizado, a relação direta com a Lei 10.639 que torna obrigatório nas escolas públicas e particulares do Brasil o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana assim como as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais contemplando o que referenda a devida lei. Tudo isso vem trazendo um ganho qualitativo nos trabalhos realizados nas escolas, trazendo mudanças significativas nesse cenário, o que ajuda a melhorar a autoestima das crianças negras e contribui com o seu processo de construção de identidade de forma positiva.

Palavras-chave: Educação. Negro. Lei 10.639.

1 INTRODUÇÃO

A criança em seus primeiros anos de vida necessita aprender a conviver em comunhão com outras crianças, para assim poder aprender a socializar-se com um mundo paralelo ao da instituição familiar, primeira instituição da qual a criança tem contato direto com outras pessoas que pertencem ao seu círculo de convivência, tais como: vizinhos, outros

¹ Estudante do 8º Semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

membros do bairro, amigos da família, donos ou funcionários de estabelecimentos comerciais, entre outros. Gomes (1995, p. 87) destaca que:

A criança, em idade bastante precoce, inicia sua aprendizagem de hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais e de gênero, atitudes e, sobretudo uma modalidade de língua materna, além de desenvolver as bases da personalidade e da identidade. Tudo isso acontece no interior do grupo doméstico, e quase sempre já está bastante estabelecido antes de principiar sua vida escolar.

A autora alerta que as atribuições supracitadas estão interligadas não apenas com o âmbito familiar, mas com as mais variadas formas de socialização que a instituição familiar pode oportunizar para as crianças em fase precoce e posterior a ela. Uma das é a instituição escolar nas suas modalidades de educação, com foco, neste caso, na educação básica, modalidade educação infantil. Momento do qual a criança inicia um ciclo de convivência e relações humanas diferente do lar. A escola é um espaço de formação de pessoas, neste caso específico, voltado para crianças de quatro a seis anos de idade e em algum momento elas entrarão em conflitos. Sendo que um dos conflitos que pode surgir neste estágio de crescimento da criança pode estar relacionado ao preconceito de raça/diversidade e gênero/sexualidade. Nesse sentido, é preciso estimular o respeito aos diferentes no cotidiano escolar a partir da contação de histórias temáticas. No caso em específico, com a discussão em torno das diversidades, especialmente de raça e sexualidade, uma vez que há uma carência de livros de literatura infanto-juvenil voltadas para a temática em foco. Além disso, não há o conhecimento por parte das professoras de algumas das obras apresentadas e lidas que contemplem esta diversidade; bem como, não há uma percepção de que se pode criar laços sócio-afetivos a partir das histórias contadas e/ou recontadas pelas crianças, buscando nelas a valorização por si, pelos colegas, professores e funcionários nas suas diferenças. Esta busca deve ser incansável, a ponto de:

Chamamos atenção para a importância de não realizar atividades isoladas ou descontextualizadas. É importante que a temática das relações étnico-raciais esteja contida nos projetos pedagógicos das instituições, evitando-se práticas localizadas em determinadas fases do ano como maio, abril, agosto, novembro. Estar inserido na proposta pedagógica da escola significa que o tema será trabalhado permanentemente e nessa perspectiva é possível criar condições para que não mais ocorram intervenções meramente pontuais, para resolver problemas que surgem no dia a dia relacionados ao racismo. Aos poucos, o respeito à diversidade será um princípio das instituições e de todas as pessoas que nela atuam. (ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 2006, p. 166)

O livro citado aponta elementos importantes que podem e devem fazer parte da rotina da escola, como as histórias infanto-juvenis com personagens que valorizam e exaltam a beleza do negro e a diversidade que aflora este país, além de uma gama de sugestões de atividades que devem estar presentes no trabalho com/ou do professor para com a educação das relações étnico-raciais. Mas, não como algo pronto, acabado, absoluto e sim que sirva de reflexão para atender uma demanda da comunidade escolar que sofrem determinados tipos de preconceito. Incluir a temática destas relações requer estudos voltados na área, a fim de garantir o respeito mútuo, não apenas por parte das crianças, mas de todos que compõem a escola. (CAVALLEIRO, 2000, p. 20) aponta que: “A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores”. O não silenciamento quer seja da família, do professor nos remete a uma não contribuição para o trato indiferente com os diferentes. A educação infantil, por ser a primeira das modalidades de educação, necessita de um olhar compenetrado para com a rotina, as brincadeiras, as pinturas, os desenhos, e as mesmas não podem ser passivas de atitudes, modos e/ou gestos preconceituosos. “Contudo, a educação infantil não poder esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os cidadãos”, (CAVALLEIRO, 2000, p. 26). Desta forma, é de suma importância que desde a educação infantil os itens que dizem respeito às questões de raça/diversidade, gênero/sexualidade sejam trabalhadas e aprofundadas. A partir disso, podemos, no futuro, pensar em sujeitos que consigam conviver harmoniosamente com o diferente, respeitando as suas pertinências sócio-econômicas, de gênero, raça, as suas opções religiosas, sexuais, entre outras.

2 NOVOS CENÁRIOS, NOVOS DESAFIOS: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

A educação, uma das vias de socialização da maioria dos indivíduos que a frequenta em especial, as crianças, têm papel transformador na vida das pessoas. Ela pode modificar uma dada realidade a partir de possíveis intervenções reais contextualizadas na sociedade da qual estamos inseridos. Algumas destas crianças já trazem para o espaço escolar algum tipo de conflito e/ou preconceito que por deveras pode estar vinculado ao

contato familiar ou não, e que são produzidos por uma sociedade burguesa, elitizada, branca, de cabelos lisos, onde o belo está relacionado a tais características e os que não as possuem, o negro e o índio, são tidos como feios, sujos, fedorentos, numa tentativa de inferiorização do diferente. Nesse sentido, Silva (2004, p.36) aponta que:

A ideologia da inferiorização, além de causar a auto-rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas que nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, vêem, na maioria das vezes. Com indiferença e insensibilidade a sua situação de penúria e o seu extermínio cultural e físico.

Esta inferiorização ressaltada pela autora nos remete a uma gama de adjetivação atribuída às pessoas negras relacionando-as a objetos ou animais de cores pretas ou escuras, além de caracterizá-las como seres imprestáveis tornando real o preconceito racial, uma opinião pré-estabelecida pela e/ou grupo para uma inferiorizar uma raça da outra. Predominado uma visão negativa do diferente. Cavalleiro (2000, p. 19) nos remete que:

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito de negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros.

Vai mais além ao entender o preconceito:

Como um julgamento negativo, na maior parte das vezes, é prévio em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significativo. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apóia em uma experiência concreta. Ele sinaliza suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a outras raças, credos, religiões etc.”. (CAVALLEIRO, 2000, p. 23)

Estas características de negatividade historicamente atribuídas ao negro nos faz lembrar a época em que os mesmos foram submetidos à condição de escravos, servindo apenas aos seus senhores e os colocando em uma condição inferior e desumana sem direito à saúde, moradia digna, lazer, educação. As mulheres, que serviam como ama de leite para os filhos dos senhores de engenhos ainda eram vistas como “a mulata lasciva, excitante, fascinante, foi utilizado no período pré-abolicionista para colocá-la como a causadora da dissolução dos lares e corrupção moral dos homens brancos”, Silva (2004, p. 48).

Na sociedade atual, moderna, complexa, diversa, diferente, não mais se faz aceitável tal situação posta anteriormente ao negro. Ela nos remete a um novo discurso, uma nova prática, carregada de ações que contemplem e respeitem esta diversidade. Em busca de atender esta demanda da população, várias ações foram realizadas em busca de uma implementação de política que atendesse esses descasos acontecidos outrora. Uma das, diz respeito à alteração na Lei de Diretrizes e Base da Educação – (LDB 9.394/96) no artigo 26 - A que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

É a Lei 10.639/03 que vem tornar público uma das lutas frequentes do movimento negro, assim como dos pesquisadores das universidades espalhadas pelo Brasil afora, que também resulta no Parecer 003/2004 e Resolução Nº. 1, de 17/06/2004, do Conselho Nacional de Educacional que institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino das Relações Étnico-Raciais, como uma das vias na tentativa de corrigir o que não fora outrora contemplado, na busca de uma educação de boa qualidade onde o respeito às diferenças possa estar presente nos espaços escolares. Além de publicações com as temáticas que contemplam a diversidade de raça/diversidade e/ou gênero/sexualidade, realizadas pela Secretaria de Alfabetização e Diversidade do Ministério de Educação (SECAD/MEC). Mesmo com tanto esforço e dedicação de uma gama de militantes e estudiosos, a fim de tornar esses trabalhos de fato efetivos, como muitos os têm feito, Abdias Nascimento (2007) reconhece:

O grande avanço que significa a Lei 10 639/2003, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país.

Abdias Nascimento nos faz refletir acerca desta não implementação da lei 10.639/03 à medida que pode nos causar alguns questionamentos pertinentes ao fato dela ainda não estar sendo posta em prática em grande parte das escolas de ensino fundamental e médio do país. Mas vale ressaltar que há aquelas que implementaram em seus projetos políticos pedagógicos o compromisso para com a educação das relações étnico-raciais e suas vertentes, o que sinaliza possíveis transformações no espaço escolar e consequentemente na sociedade.

3 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO INSTRUMENTO CHAVE PARA DESENVOLVER NAS CRIANÇAS O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.

Com fins de estimular o respeito aos diferentes no cotidiano da Escola Pública Municipal em União dos Palmares/AL a partir da contação de histórias. O projeto surgiu da necessidade de atender o que diz a Lei 10.639/03, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como alguns referenciais do Ministério da Educação do qual propõe um estudo aprofundado das questões. Com isto, foi possível realizar atividades que aconteceram de forma gradativa, proporcionando às crianças da educação infantil atividades voltadas para o respeito à educação das relações étnico-raciais e de gênero.

Foi solicitado junto à diretora da escola, à coordenação pedagógica e à professora da turma pré II com vinte crianças matriculadas em média, sendo que frequentes totalizava umas quinze, a permissão para que o projeto fosse realizado e passar um determinado tempo com as crianças que durou entre quarenta minutos e uma hora e meia. Deste modo, as rodas de leituras aconteceram com a turma reunida em círculo ouvindo histórias infantis como: Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado, que retrata e exalta a beleza do negro, além do desejo do coelho em ser negro; O Livro da Família, de Todd Parr, que traz nas entrelinhas as diferentes formas de famílias e de pessoas que estão ao nosso redor; Tudo Bem Ser Diferente de Todd Parr, que contempla o respeito às diferenças e Diversidade de Tatiana Belinky, que também afirma o respeito a essa diversidade que aflora o nosso país. Todos os livros tratam da diversidade e valorização do respeito à diferença, a si mesmo e ao outro.

Durante o desenrolar da leitura das histórias foram mostradas as capas dos livros e uma breve apresentação dos mesmos e dos autores antes da leitura da história; aproveitando a roda de conversas para debater as impressões de cada um sobre as histórias, bem como os sentimentos que elas proporcionaram. Para cada sessão de apresentação do livro possíveis questionamentos foram feitos: “Menina bonita do laço de fita” – qual a cor da pele da menina, do coelho, o cabelo da menina / quem usa cabelo assim? É difícil fazer um penteado como esse? Leva muito tempo? Entre outros. “O Livro da Família” – Como é sua família? Todas as famílias são iguais? Alguém quer falar como é sua família? Todas as pessoas em nossa família têm a mesma aparência física (cor de pele, cabelo, estatura, peso)?; “Tudo Bem Ser Diferente” e “Diversidade” – Nós somos iguais? Diferentes em que? Vamos olhar para cada um de nós e observamos em que somos diferentes?

Para o projeto foram planejadas oito sessões, com diferentes atividades a depender do livro a ser lido e apresentado. Das quais foram: a sessão do dia 08 de junho teve início com uma breve apresentação do livro “Menina bonita do laço de fita” – se fizeram presente quinze das dezessete crianças. Na sala da pré-escola II ao fazer a indagação proposta ao introduzir o livro antes da leitura, algumas crianças disseram ter a cor da pele parecida com a da menina, outras crianças disseram que a cor da pele da menina se parecia com outra criança, além de detalhar as outras coisas que há na capa do livro, como o coelho, as tranças da menina, as cores das fitas. Deste modo as crianças começaram a dialogar entre si e com a capa do livro afirmando que:

Criança 1: Ah! A cor da menina é parecida com a dela. E também com o meu pai! Apontando o dedo para uma menina negra ou “morena” como eles chamaram. E quando perguntado qual a cor da menina bonita do laço de fita, elas responderam:

Criança 2, 3, 4, e 5: é morena.

Criança 6: é preta!

Criança 8: mas o coelho é branco!

Criança 9: ah! O cabelo da menina parece com o cabelo dela. Apontando para uma criança negra que tinha uma trança feita no cabelo.

No decorrer da história as crianças foram dando gargalhadas a cada momento em que a história proporcionava risos, principalmente, na parte em que o coelho faz várias perguntas à menina bonita do laço de fita e ela responde algo em que o coelho sente desejo em ser tão pretinho quanto ela. A exemplo:

- Coelho: menina bonita do laço de fita, qual o teu segredo para ser tão pretinha?

- Menina bonita do laço de fita: ah! Deve ser por que eu caí na tinta preta quando era pequenina.

Ao término da primeira sessão as crianças perguntaram aos pais ao chegar a casa com quem era que cada um se parecia. Nas respostas trazidas pelas crianças muitas delas se pareciam com os familiares. Iniciando as atividades da segunda sessão, torna-se pertinente as respostas trazidas pelas crianças, que *a priori* foi construído um texto coletivo com as respostas trazidas pelas crianças assim: Bianca² é parecida com a prima, Sara se parece com o pai, Carlos também se parece com o pai, Laisa se parece com o avô, Igor se parece com o pai, Tony é parecido com o tio, Jobson é parecido o pai, Diego se parece com o avô, o pai e o irmão, Duda se parece com o pai, Jéssica se parece com o pai, Leo se parece com o pai, José se parece com a mãe, Zé se parece com o tio, Kaio se parece com o pai. Além de fazer o reconto oral da história Menina Bonita do Laço de Fita com o livro e utilizar assim como os fantoches de dedo e desenhar os personagens da história.

Contando a história “O Livro da Família”, as crianças disseram morar com pai e a mãe, outras ainda disseram que moram só com a mãe, mas o pai ta viajando para trabalhar. No desenrolar da história, as crianças perceberam que nem todas as pessoas moram com o pai e/ou com a mãe. Nela as crianças puderam perceber que nem todas as famílias são iguais e que elas podem ser diferentes, algumas grandes, outras pequenas, algumas com parentes que moram longe, outros perto. O momento que marcou o contar desta história foi o momento do texto em que fala: “algumas famílias gostam de se abraçar” e espontaneamente as crianças começaram a se abraçar entre si, sejam elas brancas ou negras. Por fim, foi preferível que as crianças ao invés de contar a história do livro

² Os nomes das crianças são fictícios a fim de preservar suas identidades.

falassem como era sua família. Se as pessoas são altas, baixas, gordas, magras, da mesma cor de pele, do mesmo tamanho, se homem, se mulher, entre outros e desenhassem sua família.

4 CONCLUSÃO

O trabalho permitiu uma ação/reflexão acerca da implementação da educação para as relações étnico-raciais nos primeiros anos de vivência escolar. Deste modo, o estágio realizado mesmo em um curto período de tempo e atropelado, fez com que fosse tomada uma postura investigativa, coerente. Destaca-se que apesar disso, é preciso se aprofundar nas questões que dizem respeito às crianças em fase pré-escolar, tornando este, um dos desafios a ser enfrentado, uma vez que não havia tido outrora contato direto com este público. Mesmo sendo realizadas quatro sessões, das oito planejadas, foi possível perceber que as crianças encaravam o outro como “diferente”, mas que esta diferença não foi visivelmente prejudicial ao grupo de crianças do qual foi realizado o estágio. Algumas crianças já sabiam a cor de sua pele, seja pelo pai, mãe ou responsável pelo seu convívio. A professora gostou bastante do que foi apresentado e deixou transparecer interesse pela temática, como também o não conhecimento de todas as histórias lidas que tratavam das questões étnico-raciais com exceção de “Menina bonita do Laço de Fita”, mas de cunho importante para introduzir desde cedo no componente curricular outras histórias “desconhecidas” das crianças e do professor. Enriquecedor, o projeto centrou como uma das vias para poder se tratar da educação para as relações raciais desde cedo, a ponto de poder estabelecer uma relação com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e contemplar o que referenda a Lei 10.639/03 desde a educação infantil, na busca de termos sujeitos cada vez mais conscientes das diversidades que formam o nosso país e que conseqüentemente aprendam a viver e respeitar a diferença, não como inferioridade, mas, como multiplicidade de possibilidades.

REFERÊNCIAS

BELINKY, Tatiana. **Diversidade**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2007.

BRASIL. Lei 9394 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

FOTOS. Disponível em: <<http://www/picasaweb.google.com.br/monica.lucarelli01>>. Acesso em: 05 maio 2010.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. São Paulo: Ed. Ática, 2010. (Coleção Barquinho de Papel).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, SECAD, 2006.

PARR, Todd. **O livro da família**. São Paulo: Panda Books, 2003.

PARR, Todd. **Tudo Bem Ser Diferente**. São Paulo: Panda Books, 2002.

SILVA, Ana Célia. **A Discriminação do Negro no Livro Didático**. 2.ed. Salvador: EDFUBA, 2004.